

# Orçamento 2002: Costa Neves defende novas prioridades



**Carlos Costa Neves, Relator do Parlamento Europeu para o Orçamento de 2002**, viu aprovadas pela Comissão dos Orçamentos as **linhas orientadoras** que apresentou para o Orçamento da União Europeia para o próximo ano.

Costa Neves entende que o Orçamento para 2002 deve reflectir o equilíbrio "*entre as grandes políticas macro-económicas e geo-políticas e as políticas que afectam directamente os cidadãos no seu quotidiano: ambiente, emprego, educação, droga, exclusão social e segurança alimentar*".

texto na pág. 4

## Puxão de orelhas...

Como alguns tinham previsto, o **Conselho ECOFIN puxou as orelhas** ao ministro Pina Moura.

Não nos preocuparia especialmente o tom rosado das orelhas do ministro socialista não fosse consequência da **gestão desastrosa** a que temos assistido.

O Ecofin e a Comissão Europeia reclamam uma redução mais rápida do défice, a necessidade de acautelar o impacto orçamental do envelhecimento da população, lamentam a excessiva dependência de aumentos previstos da receita, recomendam o reforço da competitividade, criticam a **derrapagem nas despesas correntes** e sabiamente sugerem que se "*reforce a credibilidade global da estratégia da política económica e orçamental*".

Portugal é um dos poucos Países da União com **défice orçamental** e que é, aliás, o pior no *ratio* défice público / PIB. Em matéria de despesa pública, na Irlanda representa apenas 32% do Produto, em Portugal é mais de 50%. Portugal é também dos países que menos reduziu a sua dívida pública e onde a **inflação dispara** de forma preocupante.

Portugal está também nos últimos lugares dos indicadores sociais, incluindo níveis de pobreza e remuneração dos trabalhadores. Paralelamente, desde que o PS está no governo entraram mais de 100.000 funcionários públicos...

**É hora dos portugueses darem, democrática e eleitoralmente um puxão de orelhas** a este governo incapaz.

*Carlos Miguel Coelho*

## Cabinda: P.E. aprova Resolução

**Iniciativa de Pacheco Pereira e Vasco Graça Moura** pág. 2

## Negociações da O.M.Comércio

**Intervenção de Arlindo Cunha** pág. 3

## Apoio a Moçambique

**Intervenção de Regina Bastos** pág. 8

## GLOBE

**Jorge Moreira da Silva eleito para a Direcção** pág. 8

## Cabinda: apelo à libertação dos portugueses

**José Pacheco Pereira**, em intervenção na Sessão Plenária apelou à libertação imediata dos portugueses sequestrados em Cabinda, afirmando: "Esta é uma ocasião única para que eles sejam libertados perante a comunidade internacional".

*Para nós há uma posição de princípio muito clara: não é admissível a prisão de cidadãos pacíficos para obter reivindicações políticas. Seja porque motivos políticos forem, sobrelevam a essas circunstâncias, razões humanitárias, que tocam todos os homens sejam quais forem as suas causas e as razões das suas causas.*

**Por isso, apelo daqui, do Parlamento Europeu, da sede da democracia europeia, onde quinze nações se reúnem num ideal de progresso e paz, a todos os que retêm esses portugueses, para que os libertem de imediato, num gesto de boa vontade humanitária, o único que pode servir a sua causa.**

*Sabemos que a situação que se vive em Cabinda é muito difícil e muito dura para os cabindenses. Coexistindo com poderosos interesses internacionais, num território que produz centenas de milhões de*

*barris de petróleo, há a pobreza e a miséria mais extrema. Ninguém se iluda, que estes guetos de prosperidade, onde grandes empresas internacionais se acantonam no litoral, protegidos por mercenários e pelas tropas governamentais, são a reprodução e o retrato de uma situação de tipo colonial.*



*Sabemos também que não existe verdadeira liberdade política, liberdade de expressão e livre possibilidade para o pleno desenvolvimento de identidade cultural e religiosa do povo de Cabinda, que lhes permita defender num quadro de legalidade e de paz tudo o que pretendem.*

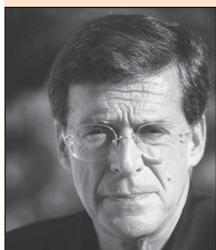
*Sabemos que uma situação de guerra existe em grande parte do território, acompanhada por violações de direitos humanos sobre o povo de Cabinda, denunciadas em todos os relatórios internacionais. Não é preciso ir mais longe do que os relatórios de Amnistia Internacional que referem as execuções extra-judiciais, uso sistemático de tortura, assassinato de civis, destruição de aldeias em Cabinda.*

*Este é um dado que será hipocrisia desconhecer e que convém a muita gente que se esconda. Não o faremos.*

*Do mesmo modo que apelamos àqueles que detêm os nossos compatriotas para que os libertem de imediato, fazemos igual apelo às autoridades da República de Angola, para que **face à possibilidade dessa libertação não iniciem ou intensifiquem operações militares que possam pôr em risco a vida dos portugueses cativos.** A situação criada é também de sua responsabilidade e nós estaremos atentos ao que se passa. Uma posição construtiva do Governo de Angola será obviamente também bem recebida pela comunidade internacional. Aliás, em muitos momentos do passado ainda recente, existiram contactos e negociações directas entre o governo angolano e os independentistas em Cabinda. É um caminho que a comunidade internacional só pode incentivar e apoiar.*

*Sejam quais forem as razões que assistem aos homens e às mulheres de Cabinda, não é fazendo sofrer os trabalhadores portugueses que servirão a sua causa. Ninguém tolerará a repetição de raptos de trabalhadores portugueses, que, a manter-se, isolará ainda mais o povo de Cabinda e lhe trará mais sofrimento. **Esta é uma ocasião única para que eles sejam libertados perante a comunidade internacional. Apelamos de novo a que tal seja feito.***

### Resolução do P.E.



**Vasco Graça Moura e José Pacheco Pereira** foram os subscritores social-democratas da Proposta de Resolução que viria a ser aprovada pelo Parlamento Europeu.

#### **O Parlamento Europeu:**

- 1. Apela à imediata e incondicional libertação dos cidadãos portugueses que são mantidos como reféns;*
- 2. Condena a tomada de reféns como instrumento de acção política;*
- 3. Exorta os governos, as organizações internacionais e as organizações não governamentais a cooperarem nas iniciativas em curso, desde o momento do seu rapto, e a realizarem todos os esforços ao seu alcance para conseguir a sua libertação, pressionando os responsáveis, que actuam livremente nos seus países, para que compreendam que actos de rapto e constituição como reféns de cidadãos estrangeiros, completamente alheios aos conflitos políticos e militares locais, são inaceitáveis como instrumento de pressão política para defender seja que reivindicações forem.*



## Arlindo Cunha: preservar modelo agrícola europeu

O Deputado Arlindo Cunha defendeu “a necessidade de ser preservado o modelo agrícola europeu, caracterizado pela predominância da empresa tipo familiar e pela multiplicidade de funções que a agricultura desempenha para a sociedade, a chamada ‘multifuncionalidade’. Daqui decorrem duas consequências: a primeira é que para assegurar as várias (multi)funções da agricultura é preciso começar por preservar a sua função primária, que é a produtiva. Sem ela as restantes desaparecem. Por isso, não poderemos abdicar de instrumentos essenciais de gestão dos mercados e de protecção na fronteira; a segunda é que o modelo agrícola europeu é um modelo plural. Nessa medida deverão ser acauteladas medidas especiais para aquelas explorações e tipos de agricultura que estão em maior risco de sobrevivência, especialmente as pequenas explorações e as agriculturas das zonas mais desfavorecidas”.

Enquanto Relator da Comissão de Agricultura no que respeita ao dossier agrícola das negociações da OMC, Arlindo Cunha sublinhou que “a União Europeia deve estar aberta a fazer um esforço adicional na redução do apoio interno, no acesso ao mercado e nas restituições à exportação.

Todavia, a UE só deverá fazer algum esforço neste sentido se as medidas equivalentes utilizadas por outros concorrentes que não têm estado abrangidos pelas disciplinas da OMC, forem igualmente consideradas e reduzidas proporcionalmente.



**A União Europeia é hoje o primeiro importador mundial de produtos agro-alimentares**

Arlindo Cunha apoiou “a iniciativa da Comissão, já aprovada pelo Conselho, de conceder acesso livre ao nosso mercado das produções dos 48 países mais pobres do mundo”.

Arlindo Cunha recordou, ainda, que “a União Europeia é já hoje o primeiro importador mundial de produtos agroalimentares, com um défice de cerca

de 16 mil milhões de dólares e uma taxa de cobertura das importações pelas exportações de 80%” e que, face a tal situação, é “legítimo que a UE tenha o direito a preservar o seu tecido produtivo agrícola que é a base da vitalidade sócio-ecónómica do seu espaço rural. Alinhar num livre cambismo puro e duro seria, além de seguir a estratégia e os interesses dos nossos concorrentes, assinarmos a sentença de morte a prazo curto do nosso modelo de ocupação do espaço rural e do nosso próprio modo de vida”.

## Criminalidade: Carlos Coelho defende prevenção

Carlos Coelho defendeu que “a população da União Europeia tem o direito de exigir que a União enfrente com eficácia o problema das crescentes ameaças de criminalidade contra a sua liberdade e os seus direitos. Para fazer face a estas ameaças, acrescentou, é necessário adoptar uma estratégia radical nova, que consiste em coordenar todos os esforços com vista a combater e prevenir a criminalidade no conjunto do território dos Estados Membros”.

Para Carlos Coelho, a iniciativa de criação da Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade, “pretende dar resposta à necessidade crescente, que se tem vindo a fazer sentir nos últimos anos, de prevenção da criminalidade. Sentida tem sido, também, a necessidade de maior e melhor cooperação internacional nesse domínio, em especial ao nível da União Europeia”.

O grande objectivo, segundo o Deputado português, “é o de avaliar as diversas actuações, procurando identificar medidas-chave em áreas

prioritárias (as que são desejáveis e possíveis de serem tomadas), melhorando a capacidade de resposta da União Europeia e a eficácia das políticas preventivas da criminalidade, quer ao nível nacional, quer internacional”.

Para Carlos Coelho, “é essencial assegurar a segurança do cidadão europeu, que quer viver em tranquilidade, e isso implica, cada vez mais, não apenas a repressão eficaz do crime mas a adopção de políticas inteligentes de prevenção que impliquem também a capacidade de perceber e de reagir aos fenómenos psicológicos e sociológicos que provocam ou aumentam o sentimento de insegurança.

Essa prevenção, que é necessária, de modo a reduzir a existência de crime ou as causas de crime, deve cobrir todos os tipos de criminalidade, incluindo a criminalidade organizada, não esquecendo uma especial atenção às áreas da criminalidade urbana, juvenil, e relacionada com a droga”.



## Orçamento 2002: Costa Neves define prioridades

A Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu aprovou a proposta de linhas orientadoras para o Orçamento da União Europeia para o próximo ano, apresentada pelo Deputado Carlos Costa Neves, Relator-Geral do Orçamento.

Estas linhas orientadoras serão discutidas e votadas na Sessão Plenária do Parlamento em Abril.

Costa Neves salientou que, "este ano, pela primeira vez, as três instituições (Parlamento Europeu, Conselho e Comissão Europeia) apresentaram linhas orientadoras para o Orçamento do próximo ano". Para Costa Neves, "o primeiro desafio é, desde logo, um esforço de compatibilização das linhas de orientação das três instituições".

Para Costa Neves, "pela sua própria natureza de representação dos cidadãos da União, o Parlamento deve assumir a defesa dos interesses directos dos cidadãos a par da fiscalização que deve fazer dos outros órgãos da União, nomeadamente do seu executivo, que é a Comissão Europeia".

Carlos Costa Neves insistiu na necessidade "de envolver os cidadãos nas actividades da União Europeia e no equilíbrio, que entende fundamental, entre as grandes políticas macro-económicas e geopolíticas e as políticas que afectam directamente os cidadãos no seu quotidiano: ambiente, emprego, educação, droga, exclusão social e segurança alimentar".

Para Costa Neves, o Parlamento Europeu "não pode deixar de considerar nas linhas de orientação orçamentais o princípio da coesão económica e social. Princípio que deve continuar a orientar no futuro a acção das instituições e cuja importância não é demais salientar". Em matéria dos poderes fiscalizadores do Parlamento, Costa Neves defendeu que "este se preocupe não só com a quantidade da despesa mas também com a qualidade da despesa".

No âmbito das prioridades políticas para 2002, Carlos Costa Neves deu particular ênfase "aos problemas ligados à segurança alimentar, ao restabelecimento da confiança dos consumidores e

ao exame dos actuais métodos de produção na agricultura que deverá implicar uma reforma da PAC."

No capítulo referente às acções externas, o Deputado social democrata referiu "as dificuldades de financiamento de novas necessidades, com destaque para os Balcãs, quando confrontadas com as prioridades tradicionais da União, como a Bacia Mediterrânea e as ajudas de pré-adesão aos países candidatos ao alargamento, justificam uma avaliação rigorosa de necessidades e de disponibilidades e os consequentes acertos que devem decorrer do estabelecimento de objectivos claros na política externa". Costa Neves salientou ainda a necessidade de, nesta área, "reforçar a ligação da execução orçamental anual com a previsão orçamental dos anos seguintes".

**O P.E. não pode deixar de considerar nas linhas de orientação orçamental o princípio da Coesão Económica e Social.**

Quanto à reforma da Comissão, Costa Neves defendeu que o Parlamento "tem que seguir esta reforma com particular atenção, nomeadamente quanto ao aumento de eficácia pretendido, desafiando a Comissão a provar a bondade das suas propostas como sendo o melhor método para obter da Comissão dos Orçamentos os créditos necessários para tal reforma".

A terminar, Costa Neves convidou os seus colegas a um "debate profundo sobre os problemas ligados à imigração ilegal e a um estudo aprofundado do impacto dos próximos alargamentos da União na Política Agrícola Comum e nos Fundos Estruturais".



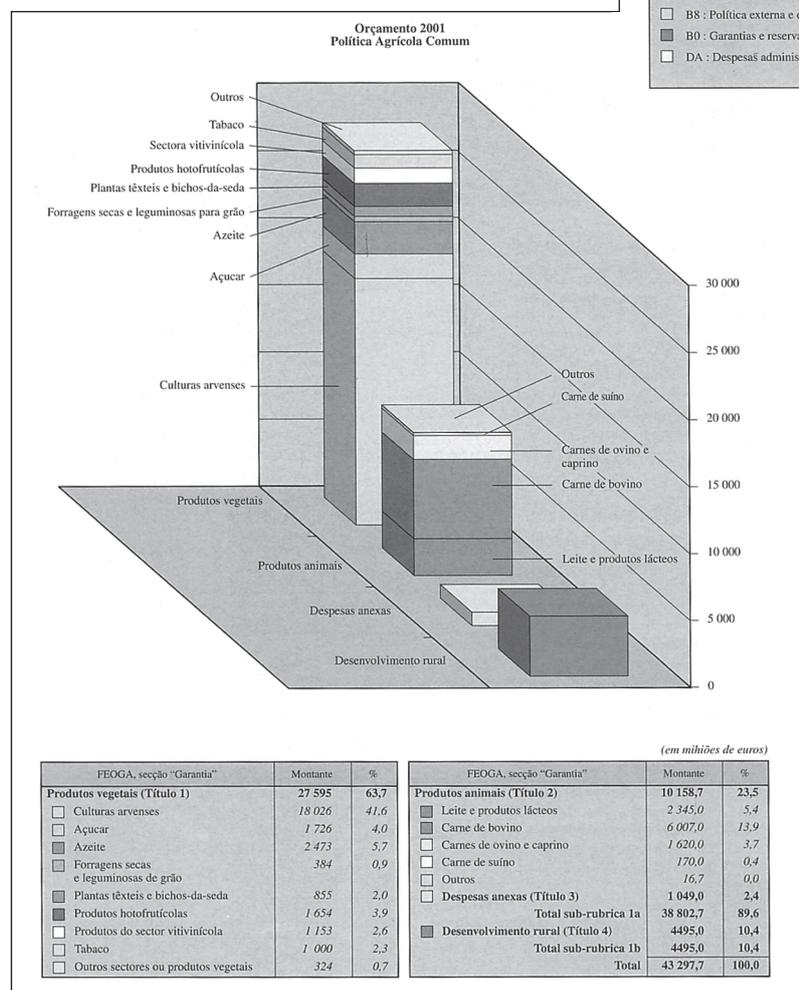
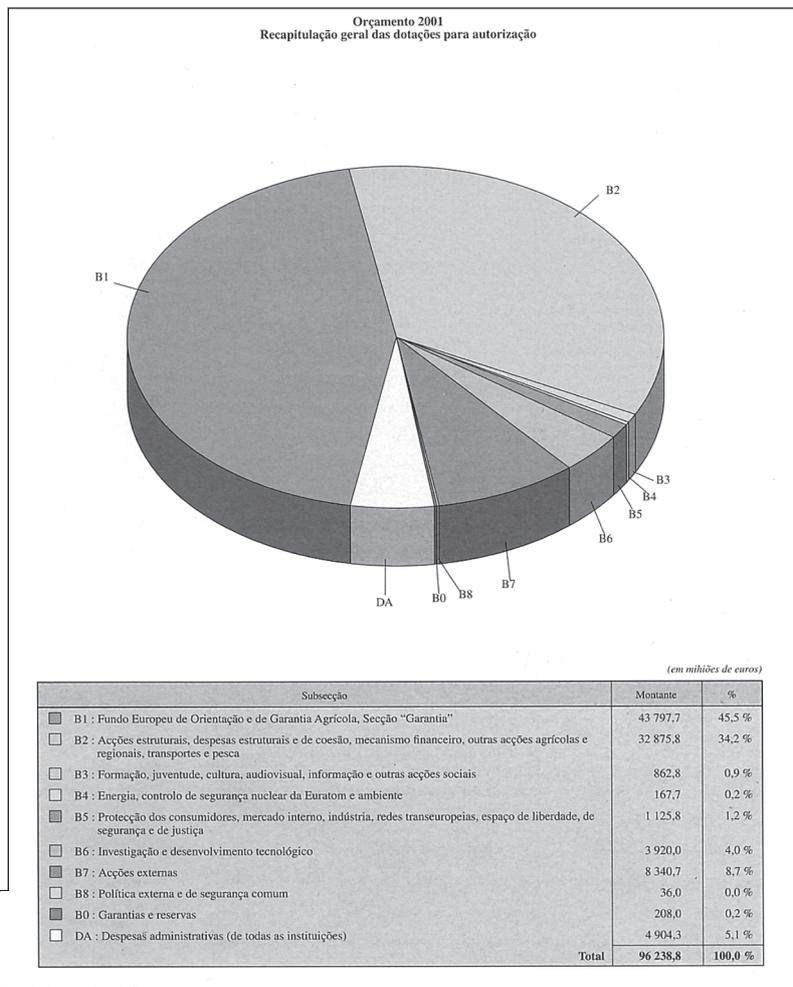
**Pode ver a Carta da Europa na Net no site do PPE**

# Principais despesas do Orçamento da U.E.

O Orçamento de 2001 prevê um montante de despesas de quase 100.000 milhões de Euros (mais de 19.000 milhões de contos).

Estas despesas estão previstas num Orçamento que representa apenas 1,07% do Produto da União (como Carta da Europa sublinhou no seu número de Setembro de 2000) quando as exigências de financiamento e os compromissos comunitários aconselhariam o limite previsto de 1,27%.

De sublinhar que a Política Agrícola Comum consome cerca de metade dos recursos comunitários porque para além da rubrica **B1-FEOGA Garantia** (45,5%) ainda utiliza parte da rubrica **B2-Acções Estruturais** (que, na sua totalidade, representa 34,2%)



No Orçamento da PAC — Política Agrícola Comum, as duas principais "fatias" são as culturas arvenses (sobretudo cereais) com 41,6% da despesa e a carne de bovino (13,9%).

No título referente aos produtos animais, se juntarmos à carne de bovino o leite e os produtos lácteos obtemos cerca de 19,3% das despesas.

Por seu lado, os investimentos ligados ao desenvolvimento rural representam apenas 10,4%.

As produções típicas das zonas mediterrânicas (produtos hotofrutícolas - 3,9% e produtos do sector vitivinícola - 2,6%) têm muito menor expressão.



## Carlos Coelho: Política de vistos é competência da Comissão Europeia

O Deputado do PSD Carlos Coelho defendeu, em Estrasburgo, a **rejeição de iniciativas dos Governos da Finlândia, de Portugal e da França, relativas à política de vistos na União Europeia.**

Carlos Coelho justificou a sua posição uma vez que tais iniciativas estão em *“contradição ao princípio contido no Protocolo de integração do acervo de Schengen no âmbito da União Europeia, que transfere explicitamente estas matérias para o quadro jurídico e institucional da União”*, e põem em causa o artº 202 do Tratado *“que estabelece o princípio geral de que está reservada à Comissão Europeia a competência de execução dos actos estabelecidos pelo Conselho; embora este se possa reservar o direito de exercer directamente competências de execução, em casos específicos fundamentados”*.

O Deputado social democrata, relator do Parlamento Europeu sobre a Convenção de Shengen, defendeu as posições sustentadas pelos três Relatores Gerard Deprez (PPE) Frahm e Nassauer (PPE).

Carlos Coelho defendeu que face a estas 3 propostas se justifica *“um apelo à Comissão Europeia: Que seja ela, nesta área a tomar a iniciativa, garantindo a coerência global do edifício comunitário, do qual é a guardiã institucional”*.



## Costa Neves apoia orçamento suplementar para a BSE

O Deputado do PSD Carlos Costa Neves apoiou uma proposta de orçamento suplementar para este ano, para fazer face aos custos adicionais decorrentes da crise da BSE, salientando, contudo, que *“os 971 milhões de Euros, agora disponibilizados, são necessários mas não suficientes”*.

Para Costa Neves *“a crise da BSE, as dificuldades dos produtores, a quebra de confiança dos consumidores, as exigências no domínio da*

*segurança alimentar associadas à preservação da saúde pública, não se compadecem com respostas avulsas, com o adiamento de soluções, por evidentes que sejam os conflitos de interesses ou as dificuldades orçamentais”*.

Costa Neves sublinhou que *“não se pode confundir a corrente situação de emergência com a indispensável revisão de métodos de produção, a promover pela reforma da Política Agrícola Comum que não pode ser precipitada, realizada em plena crise ou pautada, exclusivamente, por considerações de ordem financeira ou “interesses” nacionais”*.

Para Costa Neves, o que está em causa *“justifica que o Parlamento Europeu passe a ter efectiva capacidade de decisão quanto a todas as despesas agrícolas e justifica ainda uma ampla e profunda abordagem no Conselho de Estocolmo que espero seja feita”*.



## Pescas: Arlindo Cunha apoia medidas de conservação

O Deputado do PSD Arlindo Cunha considerou a proposta de regulamento do Conselho prevendo certas medidas técnicas de conservação para as populações de peixes grandes migradores, *“uma proposta de alcance positivo, por criar melhores condições de eficácia na aplicação de uma das mais importantes dimensões da Política Comum das Pescas e dirigida a espécies haliêuticas sujeitas a grande pressão de pesca devido à sua grande mobilidade geográfica e ao seu alto valor comercial e ainda por incorporar num único quadro legal medidas que estavam dispersas por diversos regulamentos”*.

Para Arlindo Cunha, *“os cefalópodes deviam ser excluídos do âmbito de aplicação da proposta, já que estes não constam da lista de espécies altamente migradoras, anexa à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e, no mesmo âmbito, todas as referências às redes de emalhar de deriva deviam ser eliminadas”*.

A terminar, Arlindo Cunha referiu *“que se torna necessário que a União Europeia lute nos diferentes órgãos internacionais de coordenação da gestão da pesca no sentido de todas as frotas pesqueiras do mundo, designadamente as das outras grandes potências pesqueiras, respeitarem as mesmas regras conservacionistas”*.



## Jorge Moreira da Silva exige reavaliação da co-incineração

O Deputado do PSD Jorge Moreira da Silva “congratulouse com a decisão da Comissão de Petições

do Parlamento Europeu de exigir informações complementares sobre a avaliação do impacto ambiental do projecto de co-incineração de resíduos industriais perigosos na cimenteira de Outão e espera que esta decisão do Parlamento Europeu se traduza numa reavaliação global do processo de co-incineração em Souselas e no Outão por parte da Comissão Europeia”.



Este Deputado, membro da Comissão do Ambiente, salientou que, “já por três vezes tive oportunidade de denunciar, junto da Comissária do Ambiente, Margot Wallström, o incumprimento da legislação ambiental por parte do Governo português neste processo. Fi-lo no âmbito do debate da nova directiva sobre incineração de resíduos, através de uma carta que dirigi à Comissária e ainda através da apresentação de uma queixa formal contra o Estado português”.

Jorge Moreira da Silva, para além de reafirmar “as lacunas na avaliação do impacto ambiental”, considera que existem ainda “quatro outras razões que justificam a intervenção da Comissão Europeia: o Governo português não realizou o debate público que se impunha; previerteu a abordagem hierárquica que a política de gestão global de resíduos obriga (avançando para o processo de co-incineração sem desenvolver esforços na área da redução, da reciclagem e da reutilização dos resíduos); não tomou qualquer iniciativa (como prevê a directiva 87/101) que desse prioridade à regeneração dos óleos usados preferindo a sua co-incineração nas cimenteiras; decidiu avançar para o processo de co-incineração na cimenteira do Outão situada em pleno Parque Natural da Arrábida, sítio integrante da Rede Natura 2000, desrespeitando a directiva dos habitats”.



## Arlindo Cunha: a PAC terá de ser repensada

O Deputado do PSD Arlindo Cunha afirmou que “a PAC terá de ser repensada para dar respostas adequadas àquilo que hoje se designa por modelo agrícola europeu, sendo inclusivamente necessário alterar a redacção dos seus objectivos nos Tratados. Porque, é verdade, que a PAC está hoje largamente ultrapassada nos seus fundamentos, objectivos e instrumentos de execução”.

Arlindo Cunha considera, no entanto, “inaceitável aproveitar o pretexto da crise da BSE para forçar reformas ao sabor das conveniências de cada um.

Todos sabemos, acrescentou, que alguns Estados Membros querem renacionalizar a PAC. Julgo que isso é um erro tremendo que fará regredir a UE em vez de a fazer avançar, penalizando designadamente os países mais pobres, cujos agricultores passarão a ser negativamente discriminados, como é o caso do meu próprio país”.

Para Arlindo Cunha, “a proposta de orçamento suplementar de 971 milhões de Euros para reforçar o financiamento das medidas de combate à BSE, embora insuficiente, afigura-se necessária e justa”. Com este reforço, alertou o deputado social democrata, “fica praticamente exaurida a margem orçamental ainda disponível para as despesas agrícolas no âmbito da PAC. Daí que seja natural e necessário iniciar o debate sobre o financiamento da crise da BSE em anos futuros”.



## Carlos Coelho: melhor informação sobre ambiente

O Deputado do PSD Carlos Coelho defendeu que “o acesso à informação em matéria ambiental, deve ser considerado como um dos pilares essenciais para uma política ambiental efectiva: contribui para uma maior sensibilização do público para as questões ambientais; melhora assim a protecção e a qualidade do ambiente em toda a comunidade; permite que se efectue um controlo mais efectivo sobre se a aplicação da legislação comunitária em matéria do ambiente está a ser feita de forma plena e efectiva e permite aos cidadãos participarem mais eficazmente na tomada de decisões em matéria de ambiente, susceptíveis de afectar a sua vida”.

Para Carlos Coelho, “o Parlamento Europeu tem-se batido por uma maior abertura e transparência no que concerne à actividade desenvolvida pelas autoridades públicas, bem como ao acesso aos respectivos documentos.

Com esta iniciativa, acrescentou, propomo-nos substituir a directiva, de 1990, sobre a liberdade de acesso à informação em matéria de ambiente permitindo não apenas corrigir as deficiências verificadas na sua aplicação prática e viabilizar a ratificação de compromissos internacionais mas, sobretudo, adaptá-la à evolução das tecnologias de informação – criando uma directiva de ‘segunda geração’, que reflecta as mudanças no modo como as informações são criadas, recolhidas, armazenadas e transmitidas”.

Carlos Coelho defendeu ainda que, “dado o carácter transfronteiriço de muitos problemas ambientais, é aconselhável que haja, assim, uma abordagem harmonizada, ou seja, que os cidadãos, as ONG’s e o público em geral possam aceder às informações sobre ambiente nas mesmas condições de base em toda a comunidade”.



## Regina Bastos pede reforço do auxílio a Moçambique

A Deputada **Regina Bastos** apelou à Comissão Europeia e aos Estados-Membros "*para que reforçem o auxílio de emergência a Moçambique, que coordenem a sua ajuda, em cooperação com países terceiros e com organizações multilaterais, de forma a maximizar a sua eficiência*".

Na sua intervenção no Plenário do Parlamento Europeu, no debate sobre as cheias em Moçambique, Regina Bastos apelou ainda aos Estados-Membros para que, "*em sede de Conselho, definam, em consonância com a Comissão, um programa de auxílio estrutural a Moçambique e que a comunidade internacional não poupe esforços na afectação dos meios humanos e materiais, que proceda à mobilização da tão necessária ajuda de emergência a nível internacional e à adopção de medidas económicas e financeiras que venham contribuir para a reconstrução das regiões atingidas e para a recuperação da economia moçambicana, tão rudemente afectada*".

Regina Bastos recordou o "*meio milhão de pessoas que foram afectadas, as mais de oitenta mil desalojados, as dezenas de mortos e de desaparecidos e os prejuízos materiais muito elevados, sobretudo nas províncias de Tete, Manila, Sofala e do Zambeze*".

*Além da destruição de infra-estruturas de comunicações, rodoviárias ou de transporte de energia, estas inundações provocam a carência de água potável e de alimentos, bem como o perigo real de epidemias, tão gravosas e mortais como as próprias cheias*".

Para Regina Bastos, "*o dramatismo e o gigantismo deste desastre não é de molde a permitir uma actuação isolada e eficaz das autoridades moçambicanas na resolução dos graves problemas económicos, sociais e de saúde pública, sobretudo porque Moçambique é uma Nação muito carenciada*" e, portanto, "*a União Europeia e, em especial, o Parlamento Europeu não podem ficar indiferentes a esta tragédia, nem se podem limitar à expressão de um simples voto de solidariedade*".

## Jorge Moreira da Silva na direcção da GLOBE

O Deputado do PSD **Jorge Moreira da Silva**, membro da Comissão do Ambiente do Parlamento Europeu e Relator para o dossier das Alterações Climáticas, foi ontem eleito membro da direcção da GLOBE-EU.

A **GLOBE** (Global Legislators Organization for a Balanced Environment) é uma organização de legisladores que tem por objectivo fomentar a cooperação de parlamentares de todo o mundo em torno das questões ambientais.

A GLOBE-EU é constituída por Deputados ao Parlamento Europeu e por Deputados dos parlamentos nacionais dos 15 Estados-membros assim como dos países candidatos ao alargamento da União Europeia.

## Os Deputados do PSD

### José Pacheco Pereira

Telf: (32.2) 28.45371  
Fax: (32.2) 28.49371  
e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

### Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369  
Fax: (32.2) 28.49369  
e-mail: VGraça@europarl.eu.int

### Teresa Almeida Garret

Telf: (32.2) 28.45566  
Fax: (32.2) 28.49566  
e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

### Arlindo Cunha

Telf: (32.2) 28.45381  
Fax: (32.2) 28.49381  
e-mail: ACunha@europarl.eu.int

### Carlos Costa Neves

Telf: (32.2) 28.45374  
Fax: (32.2) 28.49374  
CCostaNeves@europarl.eu.int

### Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404  
Fax: (32.2) 28.49404  
e-mail: Smarques@europarl.eu.int

### Jorge Moreira da Silva

Telf: (32.2) 28.45448  
Fax: (32.2) 28.49448  
e-mail: JMoreira@europarl.eu.int

### Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551  
Fax: (32.2) 28.49551  
e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

### Regina Bastos

Telf: (32.2) 28.45790  
Fax: (32.2) 28.49790  
e-mail: RBastos@europarl.eu.int

## CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: **Carlos Miguel Coelho** Redacção: **José Luís Fernandes e Sandra Nunes**

Ilustrações: **Júlio Pisa**

rue Wiertz - ASP 8E150 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551